

Assembleia nesta quarta discute indicativo de paralisação no dia 26

*Frente ao crescimento do ICMS e revisão orçamentária da Universidade, categoria cobra reajuste salarial e de benefícios * Assembleia será no PB-13.*

A nova diretoria do sindicato convoca toda a categoria a participar da assembleia geral que será realizada a partir do meio-dia desta quarta-feira (20/9), no PB-13. Na ocasião, será debatido o indicativo de paralisação apontado na primeira reunião da recém-eleita diretoria do STU.

A proposta é que no Conselho Universitário de 26 de setembro, que discutirá a revisão orçamentária da Universidade, os trabalhadores paralisem as atividades e participem de um ato em frente à sede do Consu.

Diante da alta do ICMS apontada no Relatório da Receita Tributária da

Secretaria Estadual de Fazenda e planilhas do Cruesp, o momento é de mobilizar para brechar a lógica de jogar a “crise da universidade” nas costas dos trabalhadores.

No Consu também estará em discussão o Prêmio Zeferino Vaz e as designações (funções gratificadas) efetivadas pela atual gestão e referendadas pela Câmara de Desenvolvimento de Funcionários no dia 8 de agosto. Se aprovado no Consu, o aumento de gastos com funções gratificadas e a regulamentação do prêmio podem comprometer cerca de R\$ 3 milhões do orçamento. Num momento em que

a maioria dos trabalhadores está sem reajuste, concursos estão suspensos e a reitoria faz discurso de contenção de gastos, é inaceitável esse tipo de medida.

Organizar as unidades

Na quinta-feira passada (14), o Conselho de Representantes (CR) discutiu o indicativo de ato com paralisação - e saiu com a importante tarefa de organizar os locais de trabalho para construir uma forte mobilização.

Agende a reunião na sua unidade e informe ao sindicato para potencializar a divulgação.

ORÇAMENTO

Categoria cobra que crescimento do ICMS seja revertido em política salarial e auxílio alimentação

Com base nas informações divulgadas nas últimas planilhas do Conselho de Reitores sobre a quota-parte do Estado para o ICMS, a diretoria do STU verificou crescimento nominal de 6,57% na arrecadação do imposto no mês de julho deste ano em comparação com julho de 2016.

Os dados usados pelo Cruesp têm como fonte originária a Secretaria de Fazenda estadual, que no relatório de agosto deste ano apresenta um crescimento de 6,19% da quota-parte do ICMS em comparação com o mesmo

período do ano passado.

Com isso, verifica-se que pelo segundo mês consecutivo a alta na arrecadação do imposto ultrapassa os 6%. Sendo que - ainda de acordo com a Fazenda estadual - o crescimento nominal (sem desconto da inflação) acumulado de janeiro a agosto deste ano totaliza 4% em relação aos primeiros oito meses do ano passado.

Os índices apontam crescimento real da arrecadação já que, segundo o IPC/Fipe/USP, a inflação no período de janeiro a agosto/17 totalizou o acu-

mulado de 1,07%.

Se o reajuste zero já era inaceitável antes, frente à nova realidade o STU reivindica a reabertura imediata das negociações para assegurar o direito legal de todos os funcionários.

A nova diretoria já encaminhou ofício solicitando nova reunião com a reitoria para apresentar os representantes que estarão à frente da entidade no próximo triênio e discutir perspectivas para a questão remuneratória e os demais itens da Pauta de Reivindicações.

EVENTOS

CIPA realiza palestra sobre assédio moral e inscreve candidatos

Na quarta-feira, 27/9, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da Unicamp realiza a palestra "Assédio Moral nas Universidades", com o professor da FE José Roberto Heloani, que pesquisa sobre o tema). O evento terá início às 14h30, na Faculdade de Ciências Médicas (auditório 3/Legolândia).

Heloani aponta que o assédio moral vem sendo usado como instrumento de gestão autoritária e produtivista no serviço público, submetendo trabalhadores a um regime contínuo de violência moral.

Na Unicamp a situação não é diferente, e a própria instituição reconheceu que tem falhado em coibir tal ilegalidade ao assinar o novo Termo de Ajuste de

Conduta com o Ministério Público do Trabalho, após denúncias do sindicato e apuração do MPT. O TAC assinado em 2015 obriga a Unicamp a banir práticas de abuso de autoridade e ameaças por parte de chefias, em respeito à lei estadual 12.250/2006. O STU acompanha a implementação do TAC na Universidade e incentiva todo servidor em situação de assédio moral a procurar o deptº Jurídico do sindicato ou a DGRH (as denúncias e o processo são sigilosos).

Eleição de cipeiros - Até o dia 29 deste mês estão abertas as inscrições para candidatos à gestão 2018 da CIPA. Mais informações no site do sindicato (www.stu.org.br) e no próximo boletim.

Posse da nova direção dia 22/9

A diretoria eleita para gerir o sindicato no período de 2017 a 2020 se reuniu no último dia 6 para definir as coordenações e responsabilidades na condução da entidade. O regimento interno da diretoria colegiada e os próximos encaminhamentos para conclusão da obra da nova sede do sindicato serão debatidos em nova reunião nesta semana.

A nova gestão, composta com base no critério da proporcionalidade qualificada, terá a seguinte representação das chapas concorrentes: Alerta: Sindicato Somos Todos Nós - 9 diretores; Unidade e Luta! VAL Nacional - 8 diretores; Muda STU - 6 diretores e Sindicato Forte Sem Radicalismo - 4 diretores. As liberações para cumprimento do mandato sindical também foram de-

finidas de acordo com a proporcionalidade. O STU tem legalmente direito a que cinco dirigentes sejam liberados do local de trabalho. Cumprirão essa tarefa Elisiene e Marcílio (Alerta), Bianca e Gabriela (Unidade e Luta) e Zé Luís (Muda STU).

A posse da nova direção, na sexta-feira 22/9, terá início às 18h no auditório da Adunicamp.



Fernanda de Freitas

JURÍDICO

Ação contra cobrança ilegal da CPFL

A equipe de advogados que assessoram o sindicato está ingressando com ações judiciais particulares pelo ressarcimento de cobranças indevidas feitas pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) nas contas de energia elétrica. Atualmente é possível verificar nas contas a cobrança de ICMS sobre três tarifas (TUSD, TUST e TE). Questionando a legalidade desta cobrança, os advogados estão ingressando contra o Estado de São Paulo, beneficiário do ICMS, na Vara de Fazenda Pública. Para dar início ao seu processo é necessário levar ao departamento jurídico do sindicato cópia das três últimas contas, RG, CPF e o último holerite.

Todos os interessados têm que pagar R\$ 50,00 de custos do ingresso processual. Aos associados, no final do processo, em caso de vitória, será cobrado apenas 10% do valor conquistado, a título de honorários advocatícios. Os não sócios terão de pagar honorários de 20% do valor ganho na ação.

Atenção - Servidores da Universidade têm sido assediados por pessoas que se apresentam como advogados propondo-se a ingressar na justiça com ações com o mesmo propósito. A direção do sindicato alerta que a assessoria jurídica do STU patrocina tais processos a custo muito mais baixo e com maior confiabilidade.

FASUBRA

Educação federal para contra ataques de Temer

Arquivo da Fasubra



Aconteceu no último dia 14 em Recife (PE) o Ato Nacional de Paralisação e Luta contra a Reforma da Previdência e o pacote do governo Temer contra o funcionalismo público. Nas demais cidades do país também foram realizados atos organizados pela Fasubra, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica (SINASEFE). A manifestação se deu em frente à casa do ministro da Educação do governo golpista, Mendonça Filho.

Com participação de técnico-administrativos, docentes e estudantes das universidades e institutos federais, as mobilizações têm o objetivo de mostrar à população as consequências da reforma da previdência em tramitação no Congresso Nacional e do pacote anti-servidor do governo federal (Medida Provisória 792/2017) nas áreas de saúde e educação.

Ao invés de garantir direitos aos trabalhadores e à população que faz uso dos serviços públicos de educação, o governo Temer corta orçamentos e sucateia as instituições de ensino, deixando clara as suas intenções de desestruturar a Educação Pública, para que ela seja entregue à privatização e dê retorno apenas aos donos do capital.

O STU - entidade de base da Federação - luta para barrar os ataques dos governos federal e estaduais, que aplicam a mesma política de desmonte das universidades. É preciso continuar resistindo aos ataques deste governo golpista e seus parceiros, que atendem exclusivamente aos interesses do empresariado.

Confira também no site do STU (www.stu.org.br) o calendário de lutas em defesa do serviço público apontado pelas centrais sindicais e a Fasubra, e a agenda do Fórum das Seis em defesa das universidades públicas e da educação.

Com informações da Fasubra.